



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
23ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES
AEROPORTUÁRIAS (CONAERO)
2017

Data: 06 de dezembro de 2017

Horário: 10h

Local: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar, Sala de Reunião Interativa, Brasília/DF.

Membros presentes:

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Fernando Fortes Melro Filho – Secretário-Executivo e Coordenador da CONAERO

Dario Rais Lopes – Secretário Nacional de Aviação Civil

Fabiana Todesco – Diretora de Planejamento e Gestão Aeroportuária e Secretária-Executiva da CONAERO

Casa Civil da Presidência da República - CC

Dermeval da Silva Júnior – Titular

Ministério da Justiça - MJ

Flávio Henrique Diniz Oliveira – Suplente

Ministério da Fazenda - MF

Ronaldo Lázaro Medina – Suplente

Ministério da Defesa - MD

Brigadeiro do Ar Leônidas de Araújo Medeiros Junior – Substituto Eventual

Ministério da Saúde - MS

Marcus Aurélio Miranda – Substituto Eventual

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Luís Eduardo Pacifici Rangel – Titular

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG

Otto Luiz Burlier da Silveira – Titular

Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

Cláudio Beschizza Ianelli – Substituto Eventual

Convidados:

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero

Marçal Rodrigues Goulart

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Luciano de Meneses Evaristo

Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos – ANEAA

Jorge de Moraes Jardim Filho

Associação Nacional das Empresas Aéreas – ABEAR

Cmte. Ronaldo Jenkins

1. ABERTURA

O Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Coordenador da CONAERO deu boas-vindas aos participantes da 23ª Reunião da CONAERO, agradeceu a presença de todos e destacou alguns dos temas a serem tratados na reunião: proposta de alteração do Decreto nº 7.554/2011, que criou a CONAERO e que visa adequá-lo à nova realidade do setor, a ser deliberada pelos membros; apresentação do planejamento da Operação Alta Temporada 2017-2018; apresentação dos resultados da pesquisa de satisfação dos passageiros do 3º tri/2017, destacando a expansão do escopo da pesquisa para os aeroportos de Belém/PA, Florianópolis/SC, Goiânia/GO, Maceió/AL e Vitória/ES.

2. INÍCIO DOS TRABALHOS

A Secretária-Executiva da CONAERO agradeceu a presença de todos, destacando a pauta da 23ª Reunião da CONAERO: atualização dos trabalhos desenvolvidos pelos Comitês Técnicos; proposta de alteração do Decreto nº 7.554/2011; apresentação do planejamento da Operação Alta Temporada 2017-2018; apresentação dos resultados da pesquisa de satisfação dos passageiros do 3º tri/2017; além de assuntos gerais.

3. COMITÊ TÉCNICO DE FACILITAÇÃO (CTFAL)

3.1. OPERAÇÃO ALTA TEMPORADA 2017-2018

A Secretária-Executiva da CONAERO informou que a primeira pauta a ser tratada seria a Operação Alta Temporada, de 15/12/2017 a 19/02/2018, após o Carnaval.

Foi apresentado o histórico do índice de atrasos superiores a 30min nos 15 principais aeroportos brasileiros. De 30%, em 2007, o índice atingiu o patamar de 11% em 2016.

A previsão de aumento de assentos ofertados é da ordem de 1,3%, com base no HOTRAN, mas o número de passageiros embarcados deve crescer cerca de 8,0% em relação a 2016, segundo entidades do setor.

Foram apresentados os quantitativos dos servidores que serão destacados, segundo o planejamento dos órgãos públicos frente à operação (exceto DPF devido ao caráter sigiloso das informações).

O representante do Ministério da Defesa informou que a estrutura do CGNA se encontra a postos até o Carnaval, tendo sido devidamente treinada ao longo do ano.

O representante da ANAC informou que a agência também está pronta para a operação até o Carnaval, com dedicação em tempo integral.

Foi apresentado pela Secretária-Executiva da CONAERO o quantitativo de colaboradores dos 15 aeroportos envolvidos na operação.

O representante da INFRAERO mencionou que os trabalhos foram iniciados há alguns meses e que as equipes estão dimensionadas para as horas-pico dos aeroportos envolvidos, reforçando que a ação conjunta dos entes, no âmbito dos CGNA, é fundamental para a coordenação do sistema como um todo.

O representante da ANAC destacou que atrasos observados na Operação Fim de Ano 2016 decorreram de problemas meteorológicos e que as empresas aéreas estão mantendo a mesma estratégia do ano passado, que surtiu efeito.

O representante da INFRAERO destacou a questão de eventual prorrogação do horário operacional nos Aeroportos de Congonhas/SP e Santos Dumont/RJ para “adequação” das malhas aéreas (recolocação das aeronaves em suas respectivas bases) para o dia seguinte, em caso de fechamento do aeroporto por mau tempo, fato corriqueiro no verão brasileiro, pedindo apoio ao MTPA nas discussões políticas pertinentes ao tema para estabelecimento de critérios objetivos.

Questionado sobre a responsabilidade da determinação da restrição operacional pelo representante da Casa Civil, o representante da

INFRAERO respondeu que se trata de licença operacional (ambiental) e da comunidade do entorno do sítio aeroportuário.

O Secretário Nacional de Aviação Civil alertou sobre a sensibilidade do tema, no que tange ao Aeroporto de Congonhas/SP, alertando sobre impactos derivados do desgaste no curto período da operação (2 meses).

A Secretária-Executiva da CONAERO lembrou a importância dos seguintes acompanhamentos: índices de absenteísmo nas empresas ESATAS; campanhas salariais dos aeroviários e aeronautas; possíveis impactos das obras e manutenções correntes nos aeroportos; eficácia dos planos de contingência (ex: atuação dos CGNA, traslados de ônibus e táxis em caso de voos alternados, ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, serviços de informação ao passageiro, acompanhamento do quadro meteorológico junto ao CGNA, etc); e minimização de impactos da nova regulamentação da bagagem de mão.

O representante da Casa Civil retornou ao pleito da INFRAERO quanto à eventual prorrogação do horário operacional nos Aeroportos de Congonhas/SP e Santos Dumont/RJ para encaminhamento do tema.

A Secretária-Executiva da CONAERO sugeriu que o assunto fosse incluído na pauta da reunião da Operação Fim de Ano, que seria realizada no período da tarde.

O representante da INFRAERO sugeriu que, na negociação, fossem discutidas eventuais medidas compensatórias (ex: redução de emissão de gases) junto ao órgão ambiental do Estado de São Paulo e às associações de moradores, alertando para a aplicação de multas.

O Secretário Nacional de Aviação Civil sugeriu a adoção de 2 frentes distintas: interna (INFRAERO, ANAC, DECEA, etc) e externa (CETESB, Prefeitura, Associações de Moradores, etc) devido à peculiaridade do tema, se colocando à disposição.

3.2. SUBCOMITÊ DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE AEROPORTOS

A Secretária-Executiva da CONAERO agradeceu aos órgãos envolvidos, informando sobre a publicação da Portaria de Internacionalização da ANAC para o aeroporto de São Carlos/SP, naquela data (06/12/2017), e que

o próximo passo será a discussão sobre alfandegamento entre Receita Federal e operador aeroportuário.

O Secretário Nacional de Aviação Civil alertou sobre a quantidade excessiva de demandas sobre pedidos de internacionalização da aviação geral, destacando os Aeroportos de Sorocaba/SP (solicitação da Embraer) e São José dos Campos/SP, este último que já possui estrutura e poderia vir a absorver parte da aviação executiva do Aeroporto de Guarulhos/SP. A meta é a melhor utilização da capacidade já instalada.

3.3. SUBCOMITÊ DE ACESSIBILIDADE

A Secretária-Executiva da CONAERO explicou sobre o trâmite da Portaria Interministerial (MDH/MTPA) e do Termo de Referência para aquisição de rampas de acessibilidade. O próximo passo é a definição do modelo de contratação.

O representante do MPDG questionou se faz parte do Programa Avançar, fato confirmado pela Secretária-Executiva da CONAERO.

O Secretário Nacional de Aviação Civil ressaltou que é uma ação conjunta sob coordenação e operação da INFRAERO, com recursos do Programa Avançar.

O representante da INFRAERO questionou sobre a abrangência do estudo do Grupo de Trabalho (rampas e/ou *ambulifts*), devido à aplicabilidade de cada solução para cada aeroporto, e sobre a aplicação de autuações pelo órgão regulador.

A Secretária-Executiva da CONAERO e o Secretário Nacional de Aviação Civil explicaram que o objetivo do Grupo de Trabalho é exclusivamente voltado às rampas de acessibilidade.

Por fim, a Secretária-Executiva da CONAERO informou ao representante do MPDG que os prazos serão formalizados no âmbito do Programa Avançar.

3.4. TRANSPORTE DE ÓRGÃOS, TECIDOS E EQUIPES PARA TRANSPLANTE

A Secretária-Executiva da CONAERO destacou a criação do Grupo de Trabalho, em 2011, e que o 3º Termo de Cooperação seria assinado naquela noite (06/12/2017), com vigência de 4 anos, ao contrário do prazo de 2 anos adotado nos termos anteriores. Além disso, futuras adesões poderão ser feitas a qualquer momento por eventuais interessados.

Foram apresentados os números significativos referentes ao transporte de órgãos, tecidos e equipes para transplante, o que significa uma grande vitória humanitária para o setor.

3.5. VISTO ELETRÔNICO

O Coordenador-Geral de Facilitação do Transporte Aéreo e Secretário-Executivo Substituto da CONAERO atualizou o andamento da implementação do visto eletrônico: Austrália (21/11/2017), Japão (11/01/2018), Canadá (18/01/2018) e EUA (25/01/2018). De 21 a 30/11/2017, como curiosidade, informou-se que 250 vistos eletrônicos foram emitidos para cidadãos australianos.

O representante do MPDG questionou se o visto eletrônico é apenas para novos vistos ou para os existentes também. O Coordenador-Geral de Facilitação do Transporte Aéreo e Secretário-Executivo Substituto da CONAERO explicou que o visto eletrônico é uma opção a mais para o cidadão dos 4 países relacionados.

4. COMITÊ TÉCNICO DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL (CTSAC)

4.1. PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL CONTRA ATOS DE INTERFERÊNCIA ILÍCITA (PNAVSEC)

A Secretária-Executiva da CONAERO mencionou que estão sendo realizadas reuniões de alinhamento para revisão do decreto, em que os ajustes finais serão discutidos em reunião a ser realizada em 19/12/2017. A proposta será deliberada na próxima reunião da CONAERO.

5. COMITÊ TÉCNICO DE DESEMPENHO OPERACIONAL (CTDO)

A Secretária-Executiva da CONAERO apresentou os resultados do 3º trimestre de 2017, destacando que apenas o Aeroporto de Salvador obteve nota inferior à meta de 4,0 e

que o Aeroporto de Viracopos/SP ficou em 1º lugar em relação à satisfação geral dos passageiros. A avaliação geral dos usuários foi de 92% “muito bom/bom” para os 15 aeroportos objeto da pesquisa.

Foi destacado pela Secretária-Executiva da CONAERO o tempo de imigração acima da média para o Aeroporto de Salvador/BA.

O representante da INFRAERO informou que o efetivo disponibilizado no referido aeroporto é “mínimo” e que o comprometimento das equipes, apesar de alto, ainda é insuficiente para se atingir a meta. Foi proposta a ampliação do contrato de prestação de serviços entre a INFRAERO e DPF.

O representante do Ministério da Justiça informou que buscará informações acerca do tema para encaminhamento na próxima reunião, solicitando eventuais resultados do Grupo de Trabalho da INFRAERO para análise.

O representante do MPDG destacou que os Aeroportos de Confins/MG e Manaus/AM estão bem próximos da meta e também merecem atenção especial.

O representante do Ministério da Justiça informou que foi solicitado reforço de equipes bem treinadas para o Aeroporto de Salvador/BA, para a Operação Alta Temporada, para que o tempo médio não piore. Além disso, foi levantada a questão da peculiaridade do Aeroporto de Manaus/AM em relação aos voos internacionais de/para os EUA e a maior implantação de *e-gates* para otimização dos processos nos aeroportos brasileiros.

O representante do Ministério da Fazenda explicou que há uma incidência alta de “descaminho” que reflete nos índices coletados na pesquisa, com grande número de bagagens. Também destacou a situação pontual do Aeroporto do Galeão/RJ, a ser verificada posteriormente, diferenciando da situação crônica do Aeroporto de Manaus/AM.

A Secretária-Executiva da CONAERO encaminhará a base de dados para que os índices dos Aeroportos de Manaus e Galeão possam ser melhor observados pelo Ministério da Fazenda.

A Secretária-Executiva da CONAERO também destacou que a pesquisa é qualitativa e quantitativa, em que o *follow up* é feito mensalmente pela equipe técnica da SAC junto aos operadores aeroportuários.

Foram citados alguns exemplos acima do tempo de referência Nível C da IATA e sugerido que o CTDO proponha uma metodologia de indicadores e metas, ao longo de 2018, para os demais componentes do aeroporto relacionados ao processamento do passageiro.

O representante da INFRAERO mencionou que houve uma tentativa de se fazer um diagnóstico nos aeroportos da rede, citando que o novo cenário de redução de custos *versus*

regulação do setor impacta a qualidade da prestação de serviços. A especificidade de cada aeroporto deveria ser levada em consideração no estabelecimento dos acordos de nível de serviço (SLA).

A Secretária-Executiva da CONAERO destacou que há uma referência para os contratos de concessão, mas que uma referência poderia ser estabelecida para outros processadores nos aeroportos brasileiros, a ser deliberada no âmbito da CONAERO.

O representante da INFRAERO lembrou que peculiaridades devem ser consideradas previamente, com cada autoridade aeroportuária, para se entender de fato o que está ocorrendo em cada aeroporto.

O Secretário Nacional de Aviação Civil disse que especificidades não devem ser usadas como justificativa para eventuais dificuldades, mas que a busca pela excelência deve ser o objetivo a ser alcançado.

O representante da INFRAERO ressaltou que a pesquisa é de extrema relevância e gerou uma competição saudável entre os aeroportos da rede, mas sugeriu um melhor alinhamento entre pesquisador e operador aeroportuário para planos de ação e eventual adequação de investimentos.

O representante da ANAC mencionou que o estabelecimento de SLA deve ser um instrumento formal entre operador aéreo e operador aeroportuário e se colocou à disposição para novos estudos.

O representante do MPDG destacou que deve ser proposto um plano de ação para os novos indicadores (pessoal, processos, referências, etc), pois estes indicadores encontram-se em nível de alerta, planejando-se para 2019.

A Secretária-Executiva da CONAERO explicou que o CTDO tem como objetivo a melhoria da qualidade da prestação de serviços nos aeroportos e que os novos indicadores dos componentes de processamento também serão objeto de estudo.

O representante da INFRAERO disponibilizará o Projeto Eficiência aos interessados.

A Secretária-Executiva da CONAERO destacou a ampliação do escopo da pesquisa de satisfação do passageiro de 15 para 20 aeroportos, que concentram atualmente 87% da movimentação de passageiros no Brasil, incluindo os Aeroportos de Belém/PA, Florianópolis/SC, Goiânia/GO, Maceió/AL e Vitória/ES. O contrato foi assinado em 25/10/2017 e os índices dos novos aeroportos comporão os resultados do 1º trimestre de 2018.

O representante da INFRAERO prestou alguns esclarecimentos sobre os 5 novos aeroportos objeto da pesquisa, sob responsabilidade daquela empresa pública.

6. COMITÊ TÉCNICO DE CARGA AEROPORTUÁRIA (CTCARGA)

6.1. GRUPO DE TRABALHO DE ALOCAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS NOS TERMINAIS DE CARGA (GT-TECA)

A Secretária-Executiva da CONAERO informou que o Manual de Áreas do TPS e TECA, com duração de 180 dias, até 18/12/2017. Foi dado um *overview* dos trabalhos em desenvolvimento e que uma proposta de minuta será enviada aos órgãos até 18/12/2017, portanto, extrapolando o prazo. Cabe salientar que cada órgão ainda analisará a minuta para que a SAC avalie eventuais considerações para consolidação final.

O representante do Ministério da Fazenda mencionou peculiaridades de desdobramentos de carga e que padrões tecnológicos de intervenção devem ser considerados nos padrões a serem adotados, de acordo com o volume de operações e perfil de cada aeroporto. Até o final de jan/18, será finalizada uma metodologia interna da Receita federal.

O representante da ANVISA mencionou que algumas normas internas tem sido objeto de revisão devido à diversidade de cargas, destacando a adoção de boas práticas de armazenagem para determinados produtos por aeroporto para minimização de indeferimentos e reinspeções.

A Secretária-Executiva da CONAERO sugeriu mais 90 dias para conclusão dos trabalhos, presumindo-se a finalização da análise da Receita Federal em jan/18.

O representante do MAPA destacou a “especialização natural” de cada TECA e a habilitação de pontos de ingresso/regresso em função de requisitos específicos por tipo de produto, com prazo de 2 anos para adequação da estrutura de cada unidade. Foi dado como exemplo a megaoperação de embarque de 27.000 bezerras para a Turquia, realizada no Porto de Santos, amplamente noticiada na mídia.

O representante do Ministério da Fazenda sugeriu a priorização (ex: Curva ABC) para cumprimento do prazo.

O representante da ANVISA complementou que se deve fazer um alinhamento prévio com INFRAERO e operadores privados em função da infraestrutura existente e eventuais investimentos futuros.

O representante da Casa Civil ressaltou apenas que o Manual de Cargas continua sendo prorrogado indefinidamente e que poderia ter sido feita uma versão inicial mais “genérica” e, somente então, uma mais “detalhada”.

O representante do Ministério da Fazenda reconheceu a falta de metodologia (*mea culpa*) do Grupo de Trabalho da Receita Federal e que a curva de aprendizado foi maior do que a prevista inicialmente.

A Secretária-Executiva da CONAERO pediu a todos que a data de referência seja 18/01/2018 para manifestação em relação à minuta que será enviada.

7. COMITÊ TÉCNICO DE NAVEGAÇÃO AÉREA

O Diretor do Departamento de Navegação Aérea, Capacitação e Pesquisa (DNAC) da SAC/MTPA destacou que o intuito é criar indicadores de desempenho para a navegação aérea nos moldes dos já utilizados para componentes de aeroportos na pesquisa de satisfação (ex: melhor torre de controle). O assunto está sendo tratado com CGNA e ANAC.

Quando o assunto estiver mais “maduro” no âmbito do comitê em questão, será submetido aos membros da CONAERO para deliberação.

8. OUTROS ASSUNTOS

8.1. COMITÊ TÉCNICO DE SEGURANÇA DO CONSAC

A Secretária-Executiva da CONAERO mencionou a intenção da ANAC de que o CONSAC seja conduzido no âmbito da CONAERO que já é responsável pelo tema.

8.2. SUBCOMITÊ DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE AEROPORTOS

A Secretária-Executiva da CONAERO mencionou a intenção de se utilizar modelos de sucesso no exterior como *benchmarking*. Também destacou o Acordo de Cooperação Internacional com a OACI, composto de 7 produtos, e que o

subcomitê discutisse com os demais órgãos envolvidos um modelo de racionalidade para o processo de decisão.

O representante da Ministério da Defesa questionou sobre a existência de política de internacionalização de aeroportos em função do reflexo no tráfego aéreo, citando o exemplo da Rio +20, JMJ 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

A Secretária-Executiva da CONAERO respondeu que esse é o objetivo do estudo, pois ainda não existe nenhuma política específica relacionada ao tema, e que o tema seja discutido tecnicamente com os membros e convidados da CONAERO para proposta de minuta de resolução.

8.3. ATUALIZAÇÃO DO DECRETO CONAERO

O representante do Ministério de Meio Ambiente, atualmente convidado, ressaltou a vontade do órgão de se tornar membro efetivo da CONAERO, destacando que a questão ambiental está em voga. Além disso, destacou o poder de polícia ambiental, controle e fiscalização, combate ao tráfego de animais, biopirataria, dentre outros, nos aeroportos.

O representante da Casa Civil citou dificuldades em acatar o pleito, apesar da importância da participação do IBAMA como órgão anuente no processamento de carga aérea. Pois a condição de ser uma autoridade aeroportuária não é necessária para a realização dos trabalhos.

O representante do MPDG questionou ao MMA o que eventualmente mudaria de convidado para membro da CONAERO.

O representante do Ministério de Meio Ambiente, como órgão fiscalizador, destacou que o intuito é a participação das decisões estratégicas de forma coordenada com todos os demais órgãos e não em separado.

O representante do MPDG afirmou que a posição de convidado é suficiente, como tem ocorrido nos últimos anos.

O representante do Ministério de Meio Ambiente ressaltou que a posição de membro é completamente diferente de convidado e reiterou o objetivo de o IBAMA se tornar autoridade aeroportuária.

A Secretária-Executiva da CONAERO informou que o tema será debatido e que o pleito do MMA será proposto na pauta da próxima reunião da CONAERO.

O representante da Casa Civil reiterou que não há consenso em relação ao pleito em questão, uma vez que não haverá alteração de competência na área ambiental, e que a CONAERO é apenas a 1ª esfera de um processo que culmina com a assinatura do Presidente da República.

O representante do MPDG alertou sobre eventual impacto de estrutura de pessoal caso o IBAMA venha a se tornar membro da CONAERO, além de pleitos de eventual equiparação salarial com outras categorias.

A Secretária-Executiva da CONAERO destacou que o uso de áreas pelo IBAMA é assunto apaziguado nos aeroportos.

O representante do Ministério da Defesa aventou a possibilidade de se utilizar os indicadores que justificaram a criação da CONAERO, em 2011, para se basear a avaliação do pleito do IBAMA devido à transparência dos pré-requisitos para tal.

Com relação a proposta de aprovação da minuta de alteração do Decreto da CONAERO, o representante da ANAC destacou que foram feitas reuniões com a Secretária-Executiva da CONAERO sobre o assunto, porém a posição da ANAC será discutida em nível de Diretoria Colegiada. Portanto, neste momento, não poderia dar uma resposta formal sobre o pleito antes da referida reunião devido a agendas dos diretores no exterior.

A Secretária-Executiva da CONAERO ressaltou que o assunto foi encaminhado por meio de Ofício a todos os membros.

O representante da Casa Civil questionou a possibilidade deste tema ser pauta de reunião extraordinária da CONAERO, a ser realizada em jan/18. Além disso, ressaltou que se trata de decreto presidencial e que, apesar de o Ministério ter autonomia para deliberar sobre o tema, este seria discutido inicialmente no âmbito da CONAERO.

O representante da ANAC concordou que se trata de competência do Governo e não da ANAC, mas que a agência só poderá deliberar sobre a minuta de alteração do Decreto CONAERO no âmbito da Diretoria Colegiada.

A Secretária-Executiva da CONAERO disse que não se justifica a convocação de uma reunião extraordinária, para somente esta pauta. Portanto, aguardaria retorno da ANAC com relação à minuta enviada por meio de ofício.

O representante da ANAC disse que o intuito é responder o mais rápido possível, a depender da agenda dos diretores.

O representante da ANEAA alertou que o decreto da CONAERO é anterior às concessões realizadas nos últimos anos pelo Governo Federal e que este deve ser atualizado, portanto sendo favorável as alterações.

O representante da ANVISA ressaltou a necessidade de sinergia entre os órgãos envolvidos para maior eficiência, devido à sobreposição de trabalhos para amadurecimento do processo.

O representante da ANAC ressaltou que seja incluído na ata que o assunto em questão não foi aprovado, pois precisa-se de unanimidade.

A Secretária-Executiva da CONAERO informou que seria incluída na memória da reunião a aprovação da minuta do decreto de alteração da CONAERO, pelos demais membros, mas que aguardaria a resposta da ANAC para prosseguimento do processo formalmente no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Por fim, informou que, em função da recente reestruturação ministerial, será enviado ofício para atualização de membros da CONAERO e Grupos Técnicos por cargo e publicação específica.

8.4.PROJETO USTDA – AEROPORTO DE CONGONHAS/SP

A Secretária-Executiva da CONAERO informou que a USTDA contratou uma consultoria americana especializada para a Certificação Operacional do Aeroporto de Congonhas/SP, incluindo a análise dos níveis de segurança, identificação de intervenções necessárias, benefícios a serem alcançados e estimativa de custo. Trata-se de trabalho em parceria com INFRAERO, ANAC e DECEA.

O representante da INFRAERO mencionou que existem não-conformidades complexas para o caso específico do Aeroporto de Congonhas/SP e que este estudo balizará a Certificação Operacional junto à ANAC. Atualmente, são apenas 15 aeroportos certificados.

O Diretor de Navegação Aérea, Capacitação e Pesquisa da SAC/MTPA complementou que o Aeroporto de Congonhas/SP foi escolhido por ser o “pior cenário” dentre os aeroportos da rede para o amadurecimento do processo.

O representante da INFRAERO ressaltou a discussão junto ao MTPA sobre o Plano de Ação do processo de Certificação Operacional, que representa um grande montante de investimentos a serem feitos, com prazos específicos, para adequação dos aeroportos às novas aeronaves e tecnologias existentes no mercado.

O representante do MPDG ressaltou a existência de projetos relacionados à regularização da faixa de pista de aeroportos, incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e que devem estar relacionados entre si para fins de priorização.

O representante da INFRAERO informou que deve ser dada atenção especial a essa questão em função de compromisso assumido perante autoridade internacional e dos benefícios da certificação de um aeroporto.

O Coordenador-Geral de Segurança e Desempenho Operacional da SAC/MTPA destacou que se trata de projeto com duração de um ano, a ser elaborado por consultoria americana, com recursos do Governo dos EUA, a ser selecionada em dez/17.

A Secretária-Executiva da CONAERO informou que a avaliação da escolha da empresa será feita por um grupo a ser nomeado por meio de Portaria com membros da SAC/MTPA, ANAC, INFRAERO e DECEA, que também será responsável pela validação dos trabalhos a serem desenvolvidos.

8.5. CASO VIGIAGRO

A Secretária-Executiva da CONAERO questionou se o representante da INFRAERO gostaria de tecer comentários acerca do ofício que encaminhou à CONAERO sobre algumas questões relacionadas à VIGIAGRO.

O representante da INFRAERO destacou que ainda aguarda retorno da área responsável, mas adiantou que, por falta de efetivo, a VIGIAGRO adotou o expediente em horário comercial, o que não atende às necessidades do público aeroportuário. O Aeroporto de Fortaleza/CE, por exemplo, possui uma demanda alta no período da madrugada.

O representante do MAPA mencionou a solicitação de criação de 1.600 vagas feitas ao MPDG, sendo 200 auditores para vigilância internacional, por meio de concurso público, mas que somente 300 vagas foram autorizadas para auditores fiscais agropecuários e outras 300 vagas temporárias, mas que nenhuma seria do VIGIAGRO. Dentre as medidas mitigadoras, foram citados: o reposicionamento da fiscalização; a emissão de certificados, para animais de companhia, de forma remota; unidade de cães de detecção para vistoria prévia de bagagens, correio e courier; tratativas junto à Polícia Federal e Receita Federal para acesso à lista de passageiros oriundos de países com risco de eventos sanitários e doenças; e dimensionamento da força de trabalho (plantões de 12x36 horas e não mais de 24x72 horas, por exemplo).

O representante do MPDG citou que alguns processos estão sendo revisados e que o efetivo tem sido redimensionado.

O representante do MAPA citou o intuito de se normatizar e desburocratizar os processos, pois há desbalanceamento de equipes entre os órgãos e quantitativos inferiores ao mínimo necessário para aeroportos importantes da rede, cuja situação aproxima-se de um colapso em termos de recursos humanos, aumentando-se o “custo Brasil” e perdendo-se poder de competitividade.

A Secretária-Executiva da CONAERO ressaltou a utilização da projeção de demanda 2017-2037 como referência para os estudos entre o efetivo frente à necessidade de cada órgão, além da avaliação do uso de novas tecnologias para otimização dos processos.

8.6.OPERAÇÃO DE SCANNERS EM ÁREA ALFANDEGADA

A Secretária-Executiva da CONAERO informou que será convocada reunião específica entre ANAC e Receita Federal.

8.7.POLÍTICA DE FOMENTO DE AEROPORTOS DE FRONTEIRA NO MERCOSUL

O Coordenador-Geral de Facilitação da SAC/MTPA e Secretário-Executivo Substituto da CONAERO citou o caso do Aeroporto de Rivera/URU, em que as operações seriam internacionais em um primeiro momento, passando-se à operação binacional em um segundo momento, e que tal discussão será tratada futuramente no âmbito da CONAERO.

No caso do Aeroporto de Puerto Iguazu/ARG, que passará por reforma, a intenção do Governo Argentino seria a transferência dos voos do Aeroporto de Puerto Iguazu/ARG para o Aeroporto de Foz do Iguaçu/PR a partir de abr/18, com voos provenientes somente da Argentina. Em princípio, haveria possibilidade de absorção dos novos voos, mas que informações detalhadas serão enviadas futuramente para agendamento de reunião específica sobre o tema com os órgãos de controle de fronteira.

O representante do Ministério da Defesa alertou somente para eventual impacto no tráfego aéreo, mas que o movimento atual do HOTRAN é passível de absorção pelo DECEA.

9. ENCERRAMENTO

A Secretária-Executiva da CONAERO agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

FABIANA TODESCO
Diretora de Planejamento e Gestão Aeroportuária
e Secretária-Executiva da CONAERO